

A MENSURAÇÃO DO IMPACTO DE UMA HIDRELÉTRICA: UMA APROXIMAÇÃO PRELIMINAR

MARCIA LEITE BORGES¹
HEMERSON LUIZ PASE²

¹Universidade Federal de Pelotas – UFPel – marcia.borges.bb@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – UFPel – hlpase@yahoo.com

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o “modelo econômico vigente, diante do crescente processo de produção e consumo tem como pressuposto a demanda cada vez maior de energia” (BERTONE, 2008). Essa demanda crescente gerou a necessidade de ampliação do Sistema Elétrico Brasileiro, que foi “feita, à partir da década de 1960, prioritariamente através da construção de grandes hidrelétricas” (CARVALHO & MEDEIROS, 2009) trazendo à tona a problemática socioambiental causada pela instalação desses empreendimentos.

As populações locais afetadas por essas construções sofreram inúmeros impactos “não apenas no aspecto dito *físico* (transformando as paisagens), mas também no domínio das relações humanas, no lugar e no território, em função de milhares de famílias desalojadas para a criação dos reservatórios hídricos” (CARVALHO & MEDEIROS, 2009).

ACSELRAD (2004) associa a questão das hidrelétricas ao conflito socioambiental do tipo “oriundos da chegada do estranho” que surge em função das mudanças profundas na vida das populações locais quando da implantação do projeto de construção de barragens hidrelétricas. Essas mudanças podem ser associadas, segundo JUNK & MELLO (1990) à translocação da população, perda de solos, perdas de espécies de plantas e animais, perdas de monumentos naturais e históricos, perda de recursos madeireiros, modificações da geometria hidráulica do rio (modificações na hidrologia, modificações da carga sedimentar, mudanças florísticas e faunísticas abaixo e acima da represa, impactos para a pesca e a aquicultura, deterioração da qualidade da água e problemas sanitários).

Na região Sul do país, na bacia dos rios Pelotas e Uruguai, divisa entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a construção de Usinas Hidrelétricas (UHE's Campos Novos, Barra Grande, Machadinho, Itá, e Fóz do Chapecó) tem acarretado profundas mudanças na vida das comunidades atingidas pelo empreendimento, principalmente em função da necessidade de reassentamento dessas comunidades, ocasionando um rompimento com a identidade social e cultural e interrompendo a transmissão dos hábitos e conhecimentos para as próximas gerações. Além disso, muitos indivíduos vão com suas famílias para os centros urbanos se fixando nos cinturões de pobreza na busca de novas atividades econômicas.

Sendo assim, é de extrema importância mensurar as mudanças socioambientais a que são submetidas essas populações e o impacto causado na qualidade de vida (o bem-estar dos indivíduos, a qualidade ambiental e o desenvolvimento econômico) quando comparadas à situação anterior.

O presente trabalho é parte integrante de um projeto de pesquisa que objetiva identificar a efetividade das políticas compensatórias na manutenção da qualidade de vida das comunidades atingidas. Assim, se busca construir um embasamento conceitual que auxilie na compreensão dos impactos e conflitos que envolvem a implantação de usinas hidrelétricas, a situação das populações atingidas e a atuação do Estado como mediador dos conflitos socioambientais, econômicos e culturais gerados.

2. METODOLOGIA

Este estudo compreende a análise dos impactos sociais, ambientais e econômicos sofridos pelas populações atingidas pela construção de Usinas Hidrelétricas (UHEs) na bacia dos rios Pelotas e Uruguai, na divisa entre os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Para isso utilizou-se em um primeiro momento, uma pesquisa exploratória realizando o levantamento bibliográfico a partir de referências teóricas publicadas por meio digital e escrito, como livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e sites institucionais que possibilitam a visualização do panorama das regiões estudadas e a caracterização do setor elétrico brasileiro, além da identificação da ação do Estado na problemática socioambiental.

Posteriormente, essas informações serão utilizadas na construção de indicadores que possibilitem traçar uma comparação entre a percepção das populações atingidas, quanto a sua qualidade de vida atual e anterior ao empreendimento. Isto revela que este artigo é uma versão preliminar de trabalho em vias de ser realizado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do trabalho de revisão bibliográfica é possível identificar que o processo de construção de empreendimentos hidrelétricos tem como atores principais de um lado, as populações locais que tem seu modo de vida totalmente alterado em função dos reassentamentos, perdendo parte importante de suas raízes e identidades socioculturais, além mudanças drásticas em sua forma de subsistência, e de outro lado o setor elétrico, leia-se aqui, o Estado e os empreendimentos estatais e privados que possuem o poder econômico e político, tentando tratar os impactos ambientais, sociais e econômicos gerados com as construções como questões simplesmente monetárias.

A problemática é bem complexa e são muitos os conflitos existentes, pois como é praticamente inevitável o deslocamento dessas populações, se torna de extrema importância mensurar as mudanças socioambientais a que são submetidas e o impacto causado na qualidade de vida (o bem-estar dos indivíduos, a qualidade ambiental e o desenvolvimento econômico) quando comparadas à situação anterior. Essas

Além disso, existe uma grande dificuldade em definir todos os atingidos pelo empreendimento, visto que muitas das vezes as consequências são sentidas por uma área mais abrangente e no longo prazo, o que dificulta a identificação dos indivíduos que devem ser contemplados pelas políticas compensatórias.

4. CONCLUSÕES

Embora as mudanças causadas pela instalação e operação das unidades hidrelétricas sejam profundas, tanto para o meio ambiente como para as comunidades localizadas nas áreas em questão, os estudos a respeito desses impactos ainda são incipientes.

O que se observa é que os conflitos entre as populações locais e o Estado (como empreendedor) se multiplicam e se caracterizam por ambas as partes não possuírem o mesmo poder de negociação, o que ocasiona a manutenção de políticas pouco eficientes que em muitos momentos negam ou mascaram o conflito ou que não conseguem dar conta de resolvê-los.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais no Brasil. Fundação Heinrich. Rio de Janeiro. 2004.

BERTONE, F. A. S. Da Antiga à Nova Soberbo: Contradições da Modernidade no Processo de Deslocamento/reassentamento das Famílias Atingidas pela UHE Candiota. Dissertação de Mestrado. 2008. Minas Gerais. Universidade Federal de Viçosa.

CARVALHO; O. A; MEDEIROS, R. M. V. Migrações Compulsórias, Lugar E Territorialidade Na Construção De Hidrelétricas No Rio Uruguai. Revista Estudos Amaz: Fronteiras e Territórios, Vol. 1, No 01.2009

JUNK, W. J. & MELLO, J. A. S. N. de. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira. Estud. av. [online]. 1990, vol.4, n.8, pp. 126-143. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141990000100010>